



000663



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº
05.04.01/2024, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO
DE JOÃO LISBOA (MA) E A EMPRESA DE SÁ
AUTOPEÇAS EIRELI

O Município de João Lisboa (MA), pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 07.000.300/0001-10, com sede administrativa na Av. Imperatriz nº 1331, Centro, através do Secretário Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano Sr. PAULO MIK DA SILVA SOUSA, brasileiro, casado, agente político, portador da cédula de identidade de nº 405991959 SESC-MA e do CPF nº 576.467.593-68, doravante denominado CONTRATANTE, e a DE SÁ AUTOPEÇAS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.336.228/0001-07, com sede na Av. Dorgival Pinheiro de Sousa nº 1901, Entroncamento, Imperatriz - MA, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Jonas Carlos de Sá Abreu, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 047089142013-7 SSP-MA e do CPF nº 076.166.073-90, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 04.065/2023 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 006/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de peças para a frota de máquinas pesadas da administração pública municipal, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico nº 006/2024, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

LOTE 01 - MÁQUINA: 01 (UMA) PATROL MOTONIVELADORA CASE 845B. - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA					
ITEM	UND	QTD	DESCRIMINAÇÃO	V. UNT.	V. TOTAL
1	Peça	2	ALAVANÇA CAMBIO	564,20	1.128,40
2	Peça	2	ALTERNADOR	1302,62	2.605,24
3	Peça	3	ANEL VEDAÇÃO TAMPA	109,74	329,22
4	Peça	2	ARRUELA ENCOSTO	377,58	755,16
5	Peça	4	BARRA DIREÇÃO LD	760,74	3.042,96
6	Peça	4	BARRA DIREÇÃO LE	760,74	3.042,96
7	Peça	4	BATERIA 100H LE PATROL	884,74	3.538,96
8	Peça	2	BOMBA COMBUSTÍVEL PATROL	470,58	941,16
9	Peça	1	BOMBA D'ÁGUA (UND)	916,88	916,88
10	Peça	6	BRONZE BIELA PATROL	224,44	1.346,64
11	Peça	6	BRONZE MANCAL 0.25	377,58	2.265,48
12	Peça	4	BUCHA ACOPLAMENTO	435,24	1.740,96
13	Peça	4	BUCHA BANDEJA	224,44	897,76
14	Peça	4	BUCHA BIELA	200,88	803,52
15	Peça	4	BUCHA COMANDO	282,10	1.128,40

DE SA AUTOPECAS
LTDA:13336228000107

Assinado de forma digital por DE SA
AUTOPECAS LTDA:13336228000107
Dados: 2024.04.05 11:39:58 -03'00'



000664



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

16	Peça	4	BUCHA EIXO BALANCIM	321,16	1.284,64
17	Peça	4	BUCHA EIXO INTERMEDIÁRIO	420,36	1.681,44
18	Peça	2	BUCHA MANCAL CENTRAL	377,58	755,16
19	Peça	2	BUCHA MANGA EIXO	377,58	755,16
20	Peça	2	BUCHA PEDAL ACELERADOR	587,76	1.175,52
21	Peça	6	CALÇO AJUSTE 0,50MM	109,74	658,44
22	Peça	6	CALÇO AJUSTE 1.00MM	109,74	658,44
23	Peça	4	CANTO GRADE	282,10	1.128,40
24	Peça	4	CAPA ACOPLAMENTO	611,94	2.447,76
25	Peça	4	CHAVE DE IGNIÇÃO	282,10	1.128,40
26	Peça	4	COLAR EMBREAGEM	760,74	3.042,96
27	Peça	2	CONE ENGATE	778,72	1.557,44
28	Peça	2	CREMALHEIRA	615,04	1.230,08
29	Peça	36	DENTE CONCHA	224,44	8.079,84
30	Peça	2	DISCO AJUSTE	579,70	1.159,40
31	Peça	2	DISCO EMBREAGEM (UND)	672,08	1.344,16
32	Peça	1	EIXO SECUNDÁRIO	1489,86	1.489,86
33	Peça	1	ENGRENAGEM MOTRIZ	841,96	841,96
34	Peça	1	ESPAÇADOR CAIXA TRANSFERENCIA	224,44	224,44
35	Peça	3	FILTRO AR EXT	200,88	602,64
36	Peça	3	FILTRO AR INTERNO	109,74	329,22
37	Peça	3	FILTRO COMBUSTÍVEL COMPLETO	174,22	522,66
38	Peça	3	FILTRO COMBUSTÍVEL	187,86	563,58
39	Peça	3	FILTRO ÓLEO LUBRIFICANTE	88,04	264,12
40	Peça	1	GARFO EMBREAGEM	611,94	611,94
41	Peça	2	HELICE VENTILADOR	430,90	861,80
42	Peça	2	IMPULSOR PARTIDA	672,08	1.344,16
43	Peça	2	INDICADOR DE COMBUSTÍVEL	479,26	958,52
44	Peça	2	KIT MOTOR	1684,54	3.369,08
45	Peça	6	LÂMINA	664,64	3.987,84
46	Peça	2	LUVA CARDAN	670,22	1.340,44
47	Peça	2	MANGA EIXO DIANTEIRO LD	1398,10	2.796,20
48	Peça	2	MANGA EIXO DIANTEIRO LE	1398,10	2.796,20



000665



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

49	Peça	2	MANÔMETRO PRESSÃO ÓLEO	191,58	383,16
50	Peça	6	PARAFUSO FIXADOR MOTOR PARTIDA	50,22	301,32
51	Peça	10	PARAFUSO PRISIONEIRO 8X110	13,02	130,20
52	Peça	2	PINHÃO PARTIDA	383,16	766,32
53	Peça	2	PINO CENTRAL	435,24	870,48
54	Peça	6	PORCA PRISIONEIRO	38,44	230,64
55	Peça	4	REPARO BOMBA AUXILIAR	420,36	1.681,44
56	Peça	4	RETENTOR BALANCIM	128,96	515,84
57	Peça	4	RETENTOR COMANDO	293,26	1.173,04
58	Peça	4	RETENTOR DISTRIBUIÇÃO	224,44	897,76
59	Peça	4	RETENTOR POLIA	258,54	1.034,16
60	Peça	4	RETENTOR VOLANTE	566,06	2.264,24
61	Peça	4	ROLAMENTO VOLANTE	301,32	1.205,28
62	Peça	4	SAPATA FREIO	425,32	1.701,28
63	Peça	2	SEDE VÁLVULA	230,02	460,04
64	Peça	2	SILENCIOSO INTERMEDIÁRIO	383,16	766,32
65	Peça	2	SILENCIOSO TRASEIRO	611,94	1.223,88
66	Peça	2	SUPORTE SILENCIOSO INTERMEDIÁRIO	327,98	655,96
67	Peça	2	SUPORTE SILENCIOSO TRASEIRO	463,14	926,28
68	Peça	6	TERMINAL BARRA CENTRAL	241,18	1.447,08
69	Peça	6	TERMINAL LD	191,58	1.149,48
70	Peça	6	TERMINAL LE	172,36	1.034,16
71	Peça	4	TUBO RIGIDO BOMBA COMBUSTÍVEL	516,46	2.065,84
72	Peça	4	TUBO RIGIDO BOMBA HIDRÁULICA	1302,62	5.210,48
73	Peça	2	VÁLVULA PRESSÃO ÓLEO	1494,20	2.988,40
74	Peça	2	VELOCIMENTO	670,22	1.340,44
75	Peça	1	VOLANTE DIREÇÃO	607,60	607,60
SUB TOTAL R\$					108.506,72

LOTE 02 - MÁQUINA: 01 (UMA) RETROESCAVADEIRA JCB. - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA					
ITEM	UND	QTD	DESCRIMINAÇÃO	V. UNT.	V. TOTAL
76	Peça	2	ALAVANCA	382,20	764,40
77	Peça	2	ARTICULAÇÃO AXIAL	86,58	173,16
78	Peça	2	BARRA DIREÇÃO COMPLETA	202,02	404,04



000666



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

79	Peça	4	BATERIA 150 AMP.	716,04	2.864,16
80	Peça	2	BOMBA COMBUSTIVEL	276,51	553,02
81	Peça	2	CABO EMBREAGEM	202,02	404,04
82	Peça	2	CARDAN	1843,14	3.686,28
83	Peça	1	CILINDRO MESTRE	382,20	382,20
84	Peça	2	COLAR EMBREAGEM	147,81	295,62
85	Peça	2	COLMÉDIA RADIADOR	945,75	1.891,50
86	Peça	2	COROA E PINHÃO	1029,99	2.059,98
87	Peça	4	CORREIA ALTERNADOR	117,39	469,56
88	Peça	6	COXIM MOTOR	105,69	634,14
89	Peça	6	COXIM RADIADOR	429,78	2.578,68
90	Peça	4	CREMALHEIRA MOTOR	382,20	1.528,80
91	Peça	4	CRUZETA CARDAN	39,39	157,56
92	Peça	4	CUBO RODA DIANTEIRA	257,63	1.030,52
93	Peça	36	DENTE CONCHA	150,93	5.433,48
94	Peça	4	DISCO EMBREAGEM	297,57	1.190,28
95	Peça	2	EIXO INTERMEDIÁRIO	551,07	1.102,14
96	Peça	6	FILTRO AR EXT.	93,21	559,26
97	Peça	6	FILTRO AR INTERNO	69,03	414,18
98	Peça	6	FILTRO COMBUSTIVEL	51,09	306,54
99	Peça	6	FILTRO COMBUSTÍVEL COMPLETO	267,54	1.605,24
100	Peça	6	FILTRO OLEO	129,09	774,54
101	Peça	6	FILTRO SEPARADOR AGUA	51,09	306,54
102	Peça	1	HÉLICE VENTILADOR	177,45	177,45
103	Peça	2	HORIMETRO	551,07	1.102,14
104	Peça	2	IMPULSOR	297,57	595,14
105	Jogo	2	INDICADOR DE COMBUSTIVEL	189,54	379,08
106	Peça	4	LONA DE FREIO	249,60	998,40
107	Peça	1	LUVA CARDAN	117,39	117,39
108	Peça	2	MANGA EIXO DIANTEIRO LD	382,20	764,40
109	Peça	2	MANGA EIXO DIANTEIRO LE	382,20	764,40
110	Peça	2	MANGOTE RADIADOR INFERIOR	129,09	258,18
111	Peça	2	MANGOTE RADIADOR SUPERIOR	123,63	247,26



000667



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

112	Peça	2	MANÔMETRO PRESSÃO DE ÓLEO	69,03	138,06
113	Peça	6	PARAFUSO FIXADOR MOTOR PARTIDA	5,85	35,10
114	Peça	2	PARAFUSO PRISIONEIRO 8X110	11,70	23,40
115	Peça	1	PINHÃO PARTIDA	129,09	129,09
116	Peça	1	PINO CENTRAL	177,45	177,45
117	Peça	1	PLATÔ EMBREAGEM	1112,88	1.112,88
118	Peça	4	PORCA PRISIONEIRO	14,82	59,28
119	Peça	1	REPARO BOMBA AUXILIAR	125,19	125,19
120	Peça	1	REPARO BOMBA HIDRÁULICA	81,12	81,12
121	Peça	1	RESFRIADOR OLEO MOTOR	819,39	819,39
122	Peça	1	RETENTOR BALANCIM	21,45	21,45
123	Peça	1	RETENTOR COMANDO	30,03	30,03
124	Peça	1	RETENTOR DISTRIBUIÇÃO	62,40	62,40
125	Peça	2	RETENTOR RODA DIANT. EXT.	273,78	547,56
126	Peça	2	RETENTOR RODA DIANT. INT.	189,54	379,08
127	Peça	2	RETENTOR RODA TRAS. EXT.	177,45	354,90
128	Peça	2	RETENTOR RODA TRAS. INT.	276,51	553,02
129	Peça	2	RETENTOR VOLANTE	177,45	354,90
130	Peça	6	ROLAMENTO DIANT. EXT.	217,62	1.305,72
131	Peça	6	ROLAMENTO DIANT. INT.	418,08	2.508,48
132	Peça	4	ROLAMENTO EIXO	451,62	1.806,48
133	Peça	4	ROLAMENTO PINHÃO	276,51	1.106,04
134	Peça	4	ROLAMENTO VOLANTE	151,32	605,28
135	Peça	4	ROLAMENTO VOLANTE MOTOR	248,82	995,28
136	Peça	2	RETENTOR POLIA	129,09	258,18
137	Peça	4	SAPATA DE FREIO	392,73	1.570,92
138	Peça	8	SEDE VÁLVULA	177,45	1.419,60
139	Peça	2	SEMI EIXO LD	303,42	606,84
140	Peça	2	SEMI EIXO LONGO	489,84	979,68
141	Peça	1	SILENCIOSO	249,60	249,60
142	Peça	1	SILENCIOSO INTER.	366,60	366,60
143	Peça	1	SILENCIOSO TRASEIRO	267,54	267,54
144	Peça	2	SUPORTE SILENCIOSO INTER.	391,56	783,12



000668



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

145	Peça	1	SUPORTE SILENCIOSO TRASEIRO	357,63	357,63
146	Peça	2	TERMINAL BARRA CENTRAL	120,51	241,02
147	Peça	1	TUBO RÍGIDO BOMBA COMBUSTÍVEL	33,54	33,54
148	Peça	1	VÁLVULA PRESSÃO ÓLEO	177,45	177,45
149	Peça	2	VELOCIMENTO	382,20	764,40
SUB TOTAL RS					58.381,40
TOTAL DE PEÇAS PARA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA RS					166.888,12

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.4.1. O Termo de Referência;
- 1.4.2. O Edital da Licitação;
- 1.4.3. A Proposta do contratado;
- 1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de 05/04/2024 e encerramento em 31/12/2024, na forma do art. 105, da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 166.888,12 (cento e sessenta e seis mil, oitocentos e oitenta e oito reais e doze centavos)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

DE SA AUTOPECAS
LTDA:13336228000107

Assinado de forma digital por DE SA
AUTOPECAS LTDA:13336228000107
Dados: 2024.04.05 11:40:11 -03'00'



000669



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

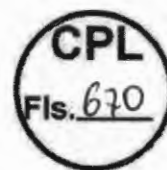
- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de dois dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de cinco dias úteis.
- 8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a



000670



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;



000671



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iv. Multa:

1. Moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

2. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

i. atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" e "h" do subitem 11.1, de 5% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 11.1, de 20% do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;



000672



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021)

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).



000673



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

04.122.0002.2-011 – Manutenção da Frota de Veículos
3.3.90.30 – Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.1. CLÁUSULA DÉCIMA SÉXTA – FORO

17.1. É eleito o Foro da cidade de João Lisboa (MA) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

João Lisboa (MA), 05 de abril de 2024

CONTRATANTE

DE SA AUTOPECAS
LTDA:13336228000107

Assinado de forma digital por DE SA
AUTOPECAS LTDA:13336228000107
Dados: 2024.04.05 11:40:23 -03'00'

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 - _____
CPF: _____

CPF: _____